



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A INTERVENÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DOS PAÍSES PERIFÉRICOS E A CATEGORIA DA EDUCAÇÃO COMO REPRODUÇÃO

Iane Campos Martins
ianecampos@hotmail.com
(UFAL)

Resumo

Este ensaio pretende analisar a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien na Tailândia em 1990, a Declaração de Nova Delhi em 1993, a Semana Nacional de Educação para Todos em Brasília (1993) e o Encontro Mundial para a política de Educação para Todos (Dakar/2000). A Declaração de Cochabamba(2001), Tirija (2003) e Brasil (2004). Tem como base as pesquisas feitas por Maria das Dores Mendes Segundo, que apresenta críticas às estratégias dos organismos internacionais, mais precisamente do Banco Mundial através de sua intervenção e orientação na política educacional dos países pobres. O estudo focaliza como são desenvolvidas essas ações vinculadas à política educacional no Brasil. De acordo com a interpretação de Edna Bertoldo será feita uma breve discussão sobre a educação na sociedade capitalista e a categoria da reprodução sob o ponto de vista da ontologia marxiana.

Palavras-chave: Política. Educação. Sociedade. Reprodução.

Introdução

O Banco Mundial constitui-se numa organização internacional criada no intuito de manter e sustentar a ordem econômica mundial. Sua função se efetiva com a realização de empréstimos aos países membros sob condicionalidades e pactos internacionais.

Nesse sentido, emergiu no âmbito desse organismo o debate sobre educação, para o qual, em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e mais de uma centena de Organizações Sociais, promoveram em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos onde foi criada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Esquema de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBAS). Os conferencistas assumiram como objetivo assegurar a universalização da educação básica e garantir a toda a sociedade os conhecimentos necessários a uma vida digna, humana e justa. (MENDES SEGUNDO, 2007, P.136).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ainda conforme Mendes Segundo (2007), o plano de educação para todos prevê um empreendimento de longo prazo contando com uma performance conjunta dos governos, seus colaboradores nacionais e internacionais e compromisso de toda a sociedade com ações estratégicas multissetoriais visando o desenvolvimento global.

A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva a educação e contribui para o desenvolvimento da sociedade (UNESCO, 1990, p. 6, In MENDES SEGUNDO, 2007, p. 137).

A análise das declarações, encontros e fóruns demonstram avanços e estagnações nas ações planejadas. A Declaração de Nova Delhi de Educação para Todos, realizada em 1993 com líderes de nove países reiterou-se o compromisso do atendimento às necessidades básicas de aprendizagem de todos os povos. Em Brasília, também no ano de 1993, a Semana Nacional de Educação para Todos incluiu como meta basilar para Lei de Diretrizes e Bases da Educação editada em 1996 com os princípios de Educação para Todos. O evento contou com a assinatura do então representante da UNESCO no Brasil. Um novo encontro mundial para a política de Educação para Todos, realizado em Dakar/Senegal no ano de 2000 propiciou avaliação da década e definição de novas estratégias para os próximos quinze anos. Em foco “priorizam, sobretudo, a manutenção da atual ordem econômica neoliberal por meio de políticas de alívio da pobreza até 2015,” (MENDES SEGUNDO, 2007,p.143). A Declaração de Cochabamba em 2001 reforçou a necessidade de fortalecer a educação, definida mediante a possibilidade do aprender a ser, fazer, conhecer e viver em conjunto. Na Declaração de Tiriya (2003), a necessidade de formação permanente, motivação e adequada remuneração dos professores, foram indicados como aspectos fundamentais para o sucesso das estratégias educacionais para responder aos desafios do mundo globalizado. Na Declaração de Brasília em 2004 foram definidos três focos para alcançar a meta de educação primária universal até 2015: Os professores, o gênero e a educação de meninas e os recursos financeiros.

Mendes Segundo evidencia ainda outros aspectos na política dos organismos internacionais além da exposta recomendação do Banco Mundial/ UNESCO na formação de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

parcerias internacionais para a construção e definição das políticas educacionais nos estados membros. Ela evidencia a massificação da idéia de que os avanços apenas serão alcançados com o engajamento dos professores e também da sociedade civil. Imprime-se a convicção de que os emblemáticos problemas sociais serão minimizados pelo aumento das competências pessoais e seu melhor aproveitamento no mercado de trabalho e conseqüentemente o aumento da produtividade. Para isso sugere-se o “deslocamento das responsabilidades da União” e a implantação da educação básica universal nos países periféricos.

O presente estudo analisa a relação entre a política dos Organismos Internacionais com a categoria da reprodução nas políticas educacionais. A categoria da reprodução aqui sugerida consiste na concepção marxiano-ontológica ponderada por Edna Bertoldo no seu Livro: Trabalho e Educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política (2009). Tomou-se como ponto de partida o artigo elaborado por Maria das Dores Mendes Segundo (2007) a respeito do Programa de Educação para Todos, sugerido pelo Banco Mundial e parceiros.

Uma vez evidenciado o papel e as estratégias dos organismos multilaterais frente às políticas educacionais em países periféricos foi possível identificar secundários resultados altamente favoráveis à manutenção da ordem econômica mundial. O equilíbrio da balança comercial solicita a adoção de políticas compensatórias, maior liberdade nos mercados e sustentabilidade da produtividade.

A categoria da educação e seu papel de reprodução do sistema entraram no cerne da ação política internacional como instrumento propulsor das mudanças pretendidas ao enfrentamento da crise do sistema econômico atual.

Os Organismos internacionais e as e as diretrizes para a política educacional dos países periféricos

A política educacional estabelecida como diretriz aos países periféricos vai ao encontro dos interesses do capital na medida em que visa diminuir as desigualdades sociais e conter possíveis tensões ocasionadas pela miséria social, fruto da fase atual do capitalismo em tempos de globalização.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Marx mencionou essa mesma preocupação da burguesia inglesa quando se buscou conter possíveis rebeliões pressupondo que a falta de educação do operário inglês o impedia de entender “as leis naturais do comércio” e nesse sentido segundo o doutor Kay “poderia perturbar a prosperidade das manufaturas inglesas e do comércio inglês” (MARX, 2007, p. 50).

O enfoque dado à educação principalmente no nível fundamental obrigou os países periféricos, dentre eles o Brasil, a se adequarem às exigências na busca por uma posição mais favorável no âmbito internacional para garantir “a integração monetária, a segurança, a paz e a sustentabilidade econômica” (MENDES SEGUNDO, 2007, p. 138). Os resultados a partir de Jomtien foram decepcionantes para a maioria dos países. O Brasil foi apresentado como exemplo pelo aumento das matrículas no ensino fundamental. No entanto a alta concentração de renda foi apontada como fator negativo, pois 50% dos mais pobres detêm apenas 13,5% da riqueza produzida.

Apesar do discurso para diminuir as desigualdades sociais defendido pelos organismos internacionais através do sistema educacional com apoio do estado e da sociedade civil, não escamoteia a verdadeira preocupação que é “afastar qualquer risco de ingovernabilidade ou instabilidade social” (Ibidem p. 138), que possa ameaçar os interesses do capital. A burguesia inglesa também demonstrou essa preocupação como nos afirma Marx reportando-se ao “Recent measures” do doutor Kay, indicando a necessidade de proporcionar educação aos operários para evitar uma possível rebelião por parte da classe trabalhadora.

Fica evidente que a política educacional traçada a partir da Conferência de Jomtien em 1990, visa principalmente conter os impactos sociais causados pela falta de condições mínimas de sobrevivência a que são submetidas as populações dos países mais pobres em decorrência do estágio atual da política neoliberal no cenário internacional com a defesa de “um projeto de ajustamento da educação às demandas do que denominam de sociedade do futuro, do conhecimento e/ou da informação” (MENDES SEGUNDO, 2007, p. 138).





A categoria da reprodução na educação

O debate sobre educação e reprodução no Brasil iniciou a partir da década de 70 através dos autores: Bourdieu, Passeron e Althusser. Com uma análise baseada no caráter dialético os autores citados tinham em comum “a crítica à escola na sociedade capitalista a partir das categorias sociológicas de caráter marxista” (BERTOLDO, 2009, p. 123).

A concepção crítico-reprodutivista, classificação dada por Saviani no livro Escola e Democracia (reconhecida como teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica, teoria da escola enquanto aparelho ideológico do estado e teoria da escola dualista) “é aquela que leva em conta os determinantes sociais da educação, em contraposição às teorias não críticas, que acreditam ter, a educação, o poder de determinar as relações sociais, gozando de uma autonomia plena em relação à estrutura social” (SAVIANI In BERTOLDO, 2009, p. 123).

A princípio a concepção crítico-reprodutivista foi bem aceita pelos educadores brasileiros, no entanto a partir da década de 1980 a insatisfação com essa interpretação ganhou fôlego pela constatação de que esta teoria concebe “a escola apenas como instituição que reproduz as relações de produção capitalista” (BERTOLDO, 2009, p.124). Contrário a essa concepção Saviani elaborou a Pedagogia histórico-crítica que pretende estabelecer uma crítica da sociedade sem ser reprodutivista. Jamil Cury também contribuiu para a superação da concepção crítico-reprodutivista em seu livro Educação e Reprodução de 1983 ao afirmar que “A educação associa-se à reprodução na medida em que ela é uma das condições que possibilitam a reprodução básica dessa relação, em termos dos lugares sociais ocupados pelas classes sociais” (CURY In BERTOLDO, 2009, p. 129).

Segundo Edna Bertoldo os educadores brasileiros não conseguiram dirimir o debate sobre a educação na sociedade capitalista porque “ao se referirem às categorias da educação e da reprodução, estas se encontram sempre articuladas a esse modo de produção” (Ibid., p. 129). A autora enfatiza que essa dificuldade de análise ocorre porque os autores “não partem das categorias na sua matriz ontológica, o que acaba dificultando um maior esclarecimento das categorias educação, trabalho e reprodução” (Ibid., p. 129)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Para se entender melhor as categorias em análise é importante conhecer a concepção do pensamento marxiano sobre o trabalho. A categoria do trabalho é considerada por Marx o ponto de partida “porque é a categoria responsável pela gênese e desenvolvimento do ser social e, se este deixasse de existir, o ser social também desapareceria”(Ibid., p. 162).

Na visão de Lukács:

A problemática da educação reenvia a questão sobre a qual ela se funda: a sua essência consiste em influenciar os homens a fim de que, frente às novas alternativas da vida, reajam no modo socialmente desejado. Ora, este propósito se realiza sempre – em parte – e isto contribui para manter a continuidade na transformação da reprodução do ser social (LUKÁCS In BERTOLDO, 2009, p. 165).

Conclusão

A compreensão sobre as categorias de educação e reprodução é importante para entender o atual cenário da educação no Brasil que *tem sofrido* conseqüências sérias pela ausência de políticas públicas voltadas para atender às necessidades mínimas da educação em decorrência de uma série de fatores relacionados a adoção da política neoliberal baseada no discurso amplamente defendido por instituições como o Banco Mundial pela transferência de responsabilidades do estado para a sociedade civil, professores e todos os profissionais que trabalham com educação. Portanto percebe-se que a conhecida contradição entre capital e trabalho discutida por Marx continua atual diante da função exercida pela educação na sociedade capitalista, uma vez que a política de reformas educacionais visa escamotear as desigualdades produzidas pelo sistema.

Referências

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: EDUFAL, 2009.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo** “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **Educação para todos**: a política dos organismos internacionais, In: JIMENES, S. et al. Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas. Fortaleza: EDUECE, 2007.

